RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

Governança da qualidade de dados na inteligência de mercado: uma arquitetura para decisões analíticas confiáveis

Gobernanza de la calidad de los datos en inteligencia de mercado: una arquitectura para decisiones analíticas fiables

Data quality governance in market intelligence: an architecture for trustworthy analytical decisions

Letícia Santos Ferreira
Administradora, especialista em gestão comercial e inteligência de mercado, com atuação em dados, analytics e estratégia organizacional

Resumo
A inteligência de mercado depende da capacidade de converter dados heterogêneos em interpretações úteis, rastreáveis e proporcionais à incerteza. Este artigo apresenta revisão narrativa sobre qualidade de dados, governança, modelagem preditiva e uso gerencial de indicadores. Propõe-se uma arquitetura conceitual que conecta requisito decisório, significado do dado, controles de qualidade, método analítico, comunicação da incerteza e monitoramento do resultado. A contribuição é didática e não corresponde a protocolo validado, sistema proprietário ou avaliação de empresa específica. Sustenta-se que a confiança analítica não decorre apenas da precisão de modelos, mas da coerência entre definições, origem, acesso, contexto e uso. A governança deve preservar valor informacional sem ampliar coleta, vigilância ou automatização além do necessário.
Palavras-chave: governança de dados; qualidade de dados; inteligência de mercado; analytics; decisão; modelos preditivos.

Abstract
Market intelligence depends on the ability to convert heterogeneous data into useful, traceable interpretations that are proportionate to uncertainty. This narrative review examines data quality, governance, predictive modeling, and managerial use of indicators. It proposes a conceptual architecture connecting decision requirements, data meaning, quality controls, analytical methods, uncertainty communication and outcome monitoring. The contribution is educational and does not constitute a validated protocol, proprietary system or assessment of a specific company. Analytical trust is argued to depend not only on model accuracy, but also on consistency across definitions, provenance, access, context and use. Governance should preserve informational value without expanding collection, surveillance or automation beyond what is necessary.
Keywords: data governance; data quality; market intelligence; analytics; decision-making; predictive models.

1 INTRODUÇÃO

A expansão de sistemas digitais aumentou a disponibilidade de informações comerciais, financeiras e operacionais, mas não eliminou a dificuldade de decidir. Organizações podem acumular bases, painéis e modelos sem assegurar que conceitos, períodos, unidades e responsabilidades sejam comparáveis.

A inteligência de mercado começa antes da visualização, quando se define qual pergunta será respondida, para quem e com quais limites de uso. Sem esse enquadramento, o volume de dados tende a ampliar a aparência de precisão sem necessariamente melhorar o julgamento.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

Wang e Strong (1996) demonstraram que a qualidade de dados é multidimensional e deve ser avaliada pela perspectiva de quem utiliza a informação. Exatidão é relevante, mas não suficiente. Completude, consistência, atualidade, interpretabilidade, acessibilidade e adequação ao propósito também condicionam o valor. Em inteligência de mercado, uma série correta pode ser pouco útil se chegar tarde, se não possuir granularidade compatível com a decisão ou se sua definição divergir daquela adotada por outra área.

Governança de dados oferece mecanismos para distribuir direitos decisórios e responsabilidades. Khatri e Brown (2010) distinguem domínios como princípios, qualidade, metadados, acesso e ciclo de vida. Essa abordagem evita tratar governança como sinônimo de tecnologia ou centralização.

A questão gerencial é estabelecer quem pode definir, produzir, alterar, acessar, interpretar e descontinuar cada elemento informacional, preservando capacidade de resposta e controle proporcional ao risco.

Este artigo tem como objetivo propor uma arquitetura de confiabilidade para inteligência de mercado. A estrutura integra qualidade, governança, métodos preditivos, comunicação e aprendizagem decisória. O estudo não relata experiência pessoal, não utiliza dados de empresa e não compara fornecedores. Seu foco é educacional: organizar conceitos que permitam avaliar se uma análise pode sustentar a decisão para a qual foi solicitada.

2 METODOLOGIA

Foi realizada revisão narrativa de caráter conceitual e aplicado. A seleção privilegiou artigos seminais sobre qualidade e governança de dados, trabalhos metodológicos sobre predição, documentos técnicos de gestão da qualidade e referências sobre decisão orientada por dados. A organização do texto foi inspirada nos critérios de relevância, fundamentação e transparência da SANRA, escala desenvolvida por Baethge, Goldbeck-Wood e Mertens (2019).[1]

As buscas conceituais abrangeram combinações de termos em inglês e português relacionados a data quality, data governance, market intelligence, predictive analytics, decision support, provenance e uncertainty. Foram priorizadas publicações com DOI, normas identificáveis e livros de editoras acadêmicas. A seleção não pretendeu esgotar a literatura, calcular efeito combinado ou reproduzir procedimento de revisão sistemática.

Os achados foram organizados por função na cadeia decisória. Primeiro, examinou-se a definição de

[1]A escala SANRA orientou a transparência da revisão narrativa, mas não foi empregada como certificação, pontuação externa ou substituto de protocolo sistemático.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

qualidade adequada ao uso. Em seguida, foram analisados direitos decisórios, metadados, controles de acesso, modelagem e comunicação. Por fim, os elementos foram sintetizados em uma arquitetura que conecta requisitos, dados, controles, análise, decisão e monitoramento. Essa organização é analítica e não representa sequência obrigatória em todas as organizações.

A revisão possui limitações. A diversidade dos contextos dificulta generalizações sobre efeitos de programas de governança. Estudos observacionais podem apresentar viés de seleção, medidas autorrelatadas e causalidade reversa. Além disso, normas e tecnologias evoluem. Por essas razões, recomendações são formuladas como princípios de desenho e perguntas de controle, e não como garantia de desempenho ou conformidade.

3 QUALIDADE COMO ADEQUAÇÃO AO USO DECISÓRIO

A análise de dados deve começar pela decisão e não pela base disponível. A pergunta inicial é qual consequência pode resultar do uso da informação. Um erro em painel exploratório possui impacto diferente de um erro que altera preço, prioridade comercial ou avaliação de desempenho. Essa distinção orienta tolerâncias, frequência de validação, necessidade de reconciliação e grau de revisão humana. Controles uniformes para todos os dados podem desperdiçar recursos e, paradoxalmente, deixar elementos críticos sem atenção suficiente.

A dimensão intrínseca envolve plausibilidade e correção do valor, mas sua verificação depende de referência. Em dados de mercado, a verdade pode não estar disponível imediatamente. Estimativas, pesquisas e registros de terceiros possuem métodos e margens próprias. A governança precisa documentar fonte, data, transformação e hipótese. A ausência de referência não torna o dado automaticamente inútil, mas exige que sua natureza estimada seja comunicada para evitar interpretação como observação direta.

A dimensão contextual considera atualidade, granularidade e relevância. Dados mensais podem apoiar planejamento e ser inadequados para reação diária. Médias nacionais podem ocultar variações regionais. Categorias históricas podem perder correspondência após mudança de portfólio. A adequação, portanto, deve ser reavaliada quando a pergunta, o processo ou o ambiente competitivo mudam. Qualidade não é atributo fixo armazenado junto ao valor, mas relação entre informação, contexto e uso.[2]

Representação e interpretabilidade também afetam decisões. Nomes semelhantes podem designar

[2]Qualidade é adequada ao uso. Um mesmo dado pode ser suficiente para acompanhamento descritivo e inadequado para decisão individual, previsão ou inferência causal.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

métricas diferentes, enquanto nomes distintos podem representar o mesmo fenômeno. Dicionários de dados, fórmulas, exemplos e regras de inclusão reduzem ambiguidade. Esses recursos devem ser compreensíveis para usuários de negócio, pois documentação exclusivamente técnica pode preservar a transformação e ainda falhar em explicar o significado gerencial.

A acessibilidade precisa ser equilibrada com segurança e minimização. Dados inacessíveis não geram valor, mas acesso irrestrito aumenta o risco de uso indevido, exposição e alteração não controlada. Direitos devem refletir finalidade, função e sensibilidade. A governança madura evita tanto bloqueios que incentivam planilhas paralelas quanto permissões amplas que eliminam rastreabilidade.

4 DIREITOS DECISÓRIOS, METADADOS E RESPONSABILIDADE

Khatri e Brown (2010) tratam da governança como definição de direitos decisórios e prestação de contas. Essa formulação ajuda a distinguir governança de gestão. A governança estabelece princípios, responsáveis e critérios; a gestão executa processos de coleta, integração, correção e entrega. Em estruturas menores, uma pessoa pode acumular papéis, mas as decisões continuam conceitualmente distintas. A acumulação deve ser visível para que conflitos e dependências possam ser avaliados.

O proprietário de negócio responde pelo significado e pelo uso autorizado, enquanto o custodiante técnico mantém plataformas e controles. Um responsável pela qualidade coordena regras e exceções, e usuários fornecem evidências sobre adequação. Os nomes dos papéis variam, mas a separação de responsabilidades reduz o risco de um indicador ser tecnicamente estável e semanticamente incorreto. Também facilita a decisão sobre mudanças que afetam séries históricas e compromissos externos.

Metadados constituem infraestrutura de compreensão. Devem registrar definição, origem, periodicidade, unidade, transformação, responsável, sensibilidade e limitações. Linhagem acrescenta a sequência pela qual o valor foi capturado, combinado e apresentado. Esses elementos apoiam investigação de divergências e análise de impacto. Sem linhagem, uma correção local pode ser reproduzida incorretamente em múltiplos relatórios ou desaparecer na atualização seguinte.

A gestão de mudanças é necessária porque métricas evoluem. Alterações legítimas podem decorrer de estratégia, regulação, sistema ou aprendizado. O problema não é mudar, mas mudar sem registrar data, motivo, aprovador e efeito sobre comparabilidade. Versões e períodos de vigência permitem preservar o histórico. Quando a reconciliação não é possível, a quebra de série deve ser indicada em vez de ocultada por continuidade gráfica.

Fóruns de dados devem decidir exceções e prioridades, não apenas acompanhar tarefas. Uma pauta útil inclui incidentes recorrentes, conflitos de definição, riscos de acesso, dependências críticas e decisões pendentes. A efetividade pode ser avaliada pela redução de recorrência e pelo tempo até a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

solução, e não pelo número de reuniões. Governança que produz documentação sem alterar causas tende a perder legitimidade.

5 MODELAGEM PREDITIVA, VALIDAÇÃO E INCERTEZA

Modelos preditivos apoiam inteligência de mercado ao estimar demanda, propensão, risco ou resposta. Shmueli e Koppius (2011) distinguem explicação e predição, objetivos que exigem avaliações diferentes. Um modelo pode descrever relações plausíveis e prever mal fora da amostra; outro pode prever adequadamente sem sustentar interpretação causal. A finalidade deve ser definida antes da seleção de variáveis, métricas e forma de comunicação.

A validação fora da amostra reduz o risco de confundir ajuste histórico com capacidade futura. Divisões temporais são especialmente importantes quando o mercado, o preço e o comportamento mudam. A escolha da métrica também deve refletir o custo dos erros. Acurácia agregada pode mascarar classes raras, segmentos estratégicos ou assimetrias entre falso positivo e falso negativo. Nenhuma métrica isolada representa utilidade em todos os contextos.

Vazamento de informação ocorre quando o modelo utiliza variável que não estaria disponível no momento real da decisão ou que incorpora o próprio resultado. O desempenho aparente torna-se irreal. Controles incluem revisão temporal, documentação de disponibilidade e reprodução do pipeline. A governança deve alcançar dados, código, parâmetros e ambiente, pois a mesma fórmula pode produzir resultados diferentes quando fontes ou transformações mudam.

Incerteza precisa ser comunicada em linguagem decisória. Intervalos, cenários e sensibilidades mostram que previsões não são fatos futuros. A apresentação deve indicar horizonte, população, data de treinamento e condições de uso. Quando a incerteza é elevada, a recomendação pode ser experimentar, coletar informação adicional ou limitar a exposição, em vez de escolher automaticamente o maior valor previsto.

Após a implantação, desempenho e contexto devem ser monitorados. Mudança no perfil dos dados, na relação entre variáveis ou no processo comercial pode reduzir a validade. Monitoramento não significa retreinar automaticamente. Primeiro é necessário investigar causa, impacto e risco. A Figura 1 representa essa cadeia e destaca que a decisão gera evidências que retornam ao requisito inicial.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

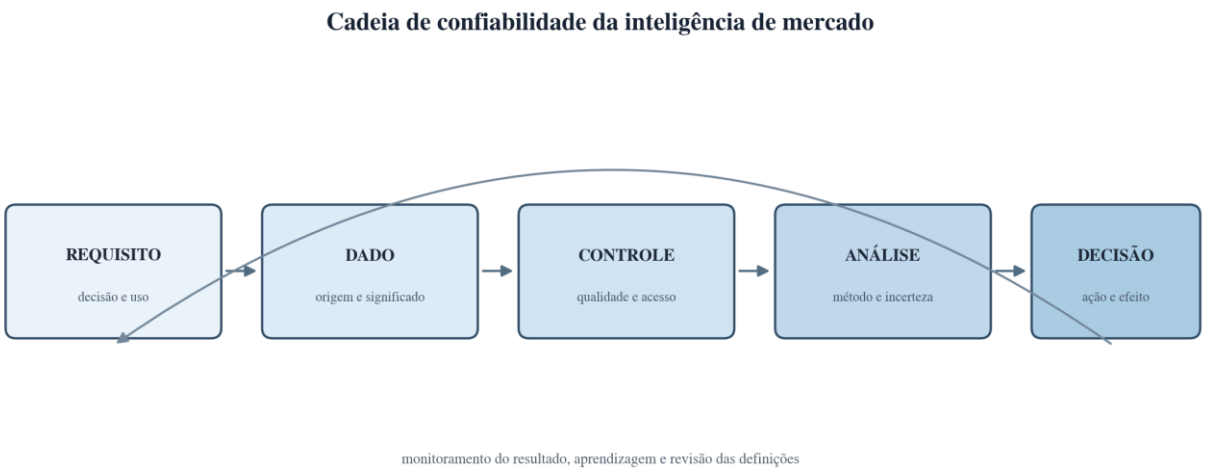

Figura 1. Cadeia de confiabilidade da inteligência de mercado

Fonte: elaboração própria com base em Wang e Strong (1996), Khatri e Brown (2010) e Shmueli e Koppius (2011).

6 INDICADORES, PAINÉIS E COMUNICAÇÃO EXECUTIVA

Painéis são interfaces de decisão, não depósitos de métricas. Cada indicador deve possuir pergunta associada, definição, periodicidade, responsável e ação possível. Métricas sem decisão relacionada aumentam a carga cognitiva e favorecem leitura seletiva. A seleção deve equilibrar resultados, direcionadores, riscos e capacidade. Um painel enxuto pode ser mais informativo quando permite explorar exceções e compreender causas.

Denominadores e coortes são essenciais. Crescimento absoluto pode refletir expansão de base; conversão pode mudar porque o perfil de entrada mudou; rentabilidade média pode ocultar segmentos deficitários. Comparações precisam manter população e janela coerentes. Quando isso não é possível, a diferença metodológica deve ser indicada. A padronização não elimina análise, mas evita que discussões estratégicas sejam consumidas por reconciliação básica.

Metas influenciam comportamento. Um indicador usado para aprendizagem pode mudar de natureza quando associado à recompensa. Pessoas adaptam ações à medida e podem otimizar o número em detrimento do objetivo. A governança deve observar efeitos colaterais, combinar medidas e revisar incentivos. Indicadores de atividade não devem ser apresentados como resultados, e resultados intermediários não devem ser confundidos com impacto causal.

Comunicação executiva exige separar observação, interpretação e recomendação. A observação

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

descreve o que o dado mostra; a interpretação propõe explicações; a recomendação indica ação e risco. Misturar essas camadas dificulta a contestação e o aprendizado. Hipóteses alternativas devem ser apresentadas quando plausíveis. A clareza não depende de eliminar incerteza, mas de tornar explícito o que é conhecido, inferido e ainda não verificado.

Narrativas visuais devem preservar escala, unidade e período. Eixos truncados, agregações incompatíveis ou excesso de destaque podem alterar a percepção. A revisão deve verificar se o gráfico responde à pergunta sem sugerir causalidade inexistente. A qualidade da comunicação integra a qualidade analítica, pois uma análise correta pode produzir decisão inadequada quando apresentada de forma ambígua.

7 AUTOMAÇÃO, PRIVACIDADE E CONTROLES

Automação pode reduzir tarefas repetitivas e aumentar a consistência, mas também reproduzir erros em velocidade. Antes de automatizar, o processo deve ter finalidade, entrada, regra, exceção e responsável. Automatizar um fluxo instável pode ocultar decisões em integrações difíceis de auditar. A prioridade deve considerar volume, repetição, risco e capacidade de reversão, e não apenas disponibilidade tecnológica.

Controles preventivos incluem validação de formato, obrigatoriedade e faixa plausível. Controles detectivos identificam anomalias, quebra de reconciliação e alteração inesperada. Controles corretivos definem como conter, corrigir e comunicar. A combinação depende da criticidade. Bloquear toda exceção pode interromper operação legítima; aceitar toda exceção transfere o problema para etapas posteriores. Regras precisam de canal de tratamento e aprendizado.

Privacidade requer limitação de finalidade, minimização e proteção ao longo do ciclo de vida. Dados comerciais podem conter informações pessoais de clientes, trabalhadores e parceiros. A disponibilidade técnica não equivale à autorização ética ou jurídica. Agregação, pseudonimização, retenção limitada e controle de exportação reduzem exposição, mas devem ser avaliados conforme contexto e legislação aplicável.

Uso de terceiros exige conhecer origem, termos, atualização e possibilidade de auditoria. Dados comprados ou enriquecidos podem conter vieses e erros difíceis de contestar. Contratos não eliminam responsabilidade decisória. A organização deve avaliar a adequação, registrar limitações e prever substituição. Dependência de fornecedor torna-se risco quando definições ou acesso podem mudar sem capacidade de reprodução.

Modelos automatizados que afetam pessoas exigem supervisão proporcional ao impacto. Revisão humana não deve ser simbólica. O revisor precisa de informação, autoridade e tempo para discordar.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

Registros devem permitir reconstruir entrada, versão e resultado. Esses requisitos apoiam contestação e aprendizagem sem prometer eliminação completa de risco.

8 IMPLEMENTAÇÃO PROPORCIONAL E APRENDIZAGEM

A implantação pode começar por uma decisão de alto valor e recorrência conhecida. O primeiro passo é mapear pergunta, usuários, fontes, transformação e consequências. Em seguida, identificam-se definições conflitantes, lacunas de acesso e controles existentes. Esse recorte evita programas amplos que consomem energia antes de demonstrar utilidade. A expansão ocorre após estabilizar o ciclo e registrar aprendizagem.

Prioridades podem ser definidas combinando impacto, frequência, exposição e dificuldade de detecção. Dados críticos recebem regras, responsáveis e monitoramento mais robustos. Dados exploratórios podem operar com controles leves e aviso de limitação. Essa diferenciação preserva agilidade. Governança proporcional não significa ausência de rigor, mas adequação do rigor à consequência do uso.

Capacitação precisa incluir interpretação e responsabilidade, não apenas ferramenta. Usuários devem compreender definição, incerteza e limites. Equipes técnicas precisam conhecer o processo de negócio. Lideranças devem saber formular perguntas e reconhecer quando o dado não sustenta a decisão. A formação cruzada reduz traduções incompletas e fortalece uma linguagem comum.

A melhoria contínua depende de incidentes e divergências tratados como fontes de aprendizagem. Análises de causa devem examinar processo, sistema, definição e incentivo, evitando atribuir toda falha a erro individual. A ação corretiva precisa ter responsável, prazo e verificação de eficácia. Reincidência indica que a correção não alcançou a causa ou que o contexto mudou.

A arquitetura proposta integra essas práticas em ciclo, mas não determina estrutura única.[3] Organizações diferem em porte, risco e capacidade. O critério de maturidade é a possibilidade de explicar por que um dado é adequado, como foi transformado, quem respondeu pela decisão e o que ocorreu depois.

CONCLUSÃO

A inteligência de mercado confiável não nasce no painel nem termina na apresentação executiva. Ela

[3]O modelo proposto é uma síntese didática. Não possui validação psicométrica ou operacional e não deve ser apresentado como método de eficácia comprovada.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

depende de uma cadeia que começa na formulação da pergunta e continua pela definição, origem, transformação, análise, comunicação, decisão e monitoramento. A fragilidade de qualquer elo pode comprometer o valor dos demais, mesmo quando a ferramenta e o modelo são tecnicamente sofisticados.

Qualidade deve ser compreendida como adequação ao uso. Exatidão isolada não resolve problemas de atualidade, granularidade, interpretabilidade ou acesso. A decisão e sua consequência orientam o nível de controle necessário. Essa perspectiva permite concentrar recursos em dados críticos sem impor a mesma burocracia a todo experimento analítico.

Governança distribui direitos decisórios e responsabilidades. Proprietários de negócio, custodiante técnico, responsáveis pela qualidade e usuários oferecem perspectivas complementares. A clareza dos papéis reduz conflitos sem eliminar colaboração. Metadados, linhagem e gestão de mudanças preservam significado e comparabilidade ao longo do tempo.

Modelos preditivos acrescentam valor quando sua finalidade, validação e incerteza são transparentes. Desempenho histórico não garante utilidade futura. Métricas precisam refletir o custo dos erros, e previsões devem ser tratadas como estimativas condicionais. Monitoramento posterior conecta a análise à aprendizagem organizacional.

Painéis e narrativas influenciam a interpretação. Separar observação, hipótese e recomendação torna o raciocínio examinável. Indicadores devem possuir denominador, contexto e ação associada. A clareza visual não pode ser obtida pela ocultação de limites ou por recursos que exagerem diferenças.

Automação amplia consistência e escala, mas pode multiplicar falhas. Processos precisam de regras, exceções, responsáveis e capacidade de reversão. Privacidade, acesso e supervisão devem ser proporcionais ao impacto. Revisão humana somente agrega proteção quando existe autoridade real para contestar o resultado.

Este estudo é uma revisão narrativa e não valida empiricamente a arquitetura proposta. A síntese não substitui avaliação jurídica, segurança da informação ou testes locais. Sua utilidade está em organizar perguntas de governança e em tornar a cadeia decisória mais rastreável para ensino, planejamento e discussão interdisciplinar.

Pesquisas futuras podem comparar modelos de governança por porte e setor, avaliar longitudinalmente incidentes e medir como a transparência de definições afeta confiança e uso. Estudos também podem investigar condições nas quais automação e inteligência artificial melhoram decisões sem ampliar desigualdade, vigilância ou dependência tecnológica.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.2 2025 | submissão: 04/11/2025 | aceito: 07/11/2025 | publicação: 10/11/2025

REFERÊNCIAS

Baethge, C.; Goldbeck-Wood, S.; Mertens, S. Sanra, a scale for the quality assessment of narrative review articles. Research Integrity and Peer Review, v. 4, art. 5, 2019. DOI: 10.1186/s41073-019-0064-8.

Brous, P.; Janssen, M.; Valls, V. Data governance as a success factor for data science. Responsible design, implementation and use of information and communication technology, p. 431-442, 2020. DOI: 10.1007/978-3-030-44999-5_36.

DAMA International. Dama-dmbok: data management body of knowledge. 2. Ed. Basking ridge: technics publications, 2017. ISBN: 978-1-63462-234-9.

Iso. Iso/iec 25012:2008. Software engineering: software product quality requirements and evaluation: data quality model. Geneva: international organization for standardization, 2008.

Khatri, V.; brown, C. V. Designing data governance. Communications of the ACM, v. 53, n. 1, p. 148-152, 2010. DOI: 10.1145/1629175.1629210.

Provost, f.; fawcett, t. Data science for business. Sebastopol: O'Reilly Media, 2013. ISBN: 978-1-4493-6132-7.

Shmueli, g.; koppius, o. R. Predictive analytics in information systems research. MIS Quarterly, v. 35, n. 3, p. 553-572, 2011. DOI: 10.2307/23042796.

Wang, R. Y.; Strong, D. M. Beyond accuracy: what data quality means to data consumers. Journal of Management Information Systems, v. 12, n. 4, p. 5-33, 1996. DOI: 10.1080/07421222.1996.11518099.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.